



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional

## A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E RESISTÊNCIA

Andreza Mendes Fachina<sup>1</sup>

Cátia Aparecida Spagnol<sup>2</sup>

Marilene Frade Alves<sup>3</sup>

Maria Cristina Piana<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo é fruto de inquietações sobre o processo de formação profissional em Serviço Social. Para tanto parte de uma breve análise histórica sobre as conquistas da profissão no que tange a nova reforma do projeto de formação profissional que demonstram um amadurecimento teórico-metodológico para intervir na realidade social de forma crítica, propositiva e criativa, pautada no Projeto Ético Político Profissional, comprometido com a construção de uma sociedade justa. Esse avanço qualitativo permitiu ao Serviço Social a aproximação com o movimento da realidade concreta fundamentado pela teoria social crítica marxista. Aponta a mercantilização do ensino superior como um desafio a ser enfrentado que rebate negativamente na formação e no trabalho profissionais e possivelmente na forma como esse(a) futuro(a) profissional vai intervir na realidade. Reflete que a profissão de Serviço Social é relativamente “nova” e que essas conquistas representam um movimento de resistência e luta cenário educacional, político, econômico e social.

**Palavras-chave:** Formação profissional. Serviço Social. Mercantilização do ensino. Desafios. Resistência.

**Abstract:** This article is the result of a lot of concerns about the process of professional training in Social Service. For it, part of a brief historical analysis about the achievements of the profession regarding a new reform of the vocational training project show a theoretical-methodological maturity to intervene in social reality in a critical, propositional and creative way, based on the Political Ethical Professional Project, committed to the building of a fair society. This qualitative advance allowed the Social Service to approach the concrete reality movement based on the Marxist critical social theory. It points to the commodification of higher education as a challenge to be faced that negatively impacts on professional training and work, and possibly on how this future professional will actually intervene. It reflects that the Social Service profession in Brazil is relatively new and that these achievements represent a resistant and struggling movement to the educational, political, economic and social scenery.

**Keywords:** Professional training. Social Service. Commodification of the education. Challenges. Resistance.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista - Campus Franca/SP, E-mail: andreza\_fachina@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos, E-mail: andreza\_fachina@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista - Campus Franca/SP, E-mail: andreza\_fachina@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista - Campus Franca/SP E-mail: andreza\_fachina@yahoo.com.br.

O presente texto é parte das dissertações de mestrado das autoras que tratam sobre o estágio supervisionado em Serviço Social e o trabalho docente na educação superior respectivamente, concluídas no ano de 2019, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista – Campus Franca/SP.

Refletir a formação profissional em Serviço Social requer apreendê-la dentro do movimento histórico da sociedade atrelada a suas transformações desencadeadas pelas lutas de classe perante o desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

Exige uma visão crítica dessas transformações rompendo com o conservadorismo muitas vezes presente na profissão, para apreendê-la como um instrumento de luta, resistência e defesa da classe trabalhadora na construção de uma sociedade justa.

Assim, a formação profissional em sua história apresenta significativos avanços na construção de um projeto profissional que tem as expressões da questão social como eixo fundante e objeto da intervenção profissional, pautada na teoria social de Marx como base para apreensão crítica da dinâmica da vida social em sua totalidade histórica para uma ação crítica e coerente com os princípios éticos da profissão.

Ao mesmo tempo a formação profissional crítica como prevê as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996)<sup>5</sup>, sofre os impactos negativos da precarização da educação superior especialmente a partir de 1990, impulsionada pela mercantilização do ensino expandindo o número de cursos de Serviço Social privado presencial e/ou à distância.

Sendo assim, este artigo traz brevemente o processo de formação profissional em Serviço Social, pontuando a nova lógica curricular por meio das Diretrizes Curriculares (1996) na sequência traz a mercantilização do ensino superior apontando alguns desafios postos a profissão na atualidade e formas de resistência.

## **2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ATUALIDADE**

O Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tem nas políticas socioassistenciais, tanto na esfera pública como privada sua área de atuação. Neste sentido, desenvolve atividades na abordagem direta da população que procura as

---

<sup>5</sup> Criada em 1946 a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social tem a mudança de seu nome em 1979 para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional. Em 1998 sofre outra alteração para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, justificado pela defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação.

instituições e o trabalho do(a) profissional e por meio da pesquisa, da administração, do planejamento, da supervisão, da consultoria, da gestão de políticas, de programas, projetos e de serviços sociais.

O(A) assistente social é um(a) profissional que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social<sup>6</sup>, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Ao intervir na realidade social é exigido do(a) profissional de Serviço Social uma postura crítica, propositiva e criativa, pautada no projeto ético-político da profissão, comprometido com a construção de uma sociedade sem qualquer forma de exploração.

Dessa forma, faz-se necessário conhecer as contradições da sociedade capitalista, da questão social e suas expressões de forma construir respostas as demandas da população, proporcionando o acesso aos direitos sociais.

Uma intervenção profissional ética, coerente, propositiva e crítica que traga respostas as condições indignas de vida da população, necessita de uma formação profissional sólida, atenta ao movimento dinâmico da realidade, a fim de possibilitar ao(a) discente a análise crítica da sociedade capitalista descortinando suas contradições.

Neste sentido, se faz necessário refletir a formação profissional em sua trajetória história revelando seus avanços e retrocessos inseridos no contexto mais amplo da sociedade capitalista pautada nas relações de mercado ocasionando uma fragilidade no processo formativo.

A década de 1980, foi extremamente importante nas definições de rumos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos para o Serviço Social, inspirado na teoria social crítica.

O currículo mínimo de 1982 rompe com a estrutura tradicional dos chamados processos de intervenção em caso, grupo e comunidade, situando a formação profissional no plano da reflexão ação, pressupondo um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social buscando uma visão crítica e comprometida com a transformação social a partir de análises críticas da sociedade capitalista.

De acordo com Iamamoto (2014, p. 614), a implantação desse currículo “[...] representou um enorme desafio teórico de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos”, e representa um importante marco na história do Serviço Social, visto que é resultado dos esforços da categoria em promover respostas à formação profissional de maneira que compreendesse o momento social, político e educacional da época.

---

<sup>6</sup> Aqui entendida de acordo com Iamamoto (2015, p. 27) como o “[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura. Questão social que sendo desigualdade também é rebeldia por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e ela se opõem.”.

O Código de Ética Profissional do(a) assistente social instituído por meio da Resolução n.º 273, de 13 de março de 1993 (CFESS, 2012) reafirma o projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras, traçando valores e princípios que pautem a construção de um projeto de superação da ordem burguesa, e tenha a liberdade como valor ético central. (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 146).

Em 07 de junho de 1993, foi aprovada a Lei n.º 8.662 que regulamenta a profissão do assistente social (CFESS, 2011) em substituição à lei n.º 3.252, de 27 de agosto de 1957 (BRASIL, 1957), representando um importante instrumento na defesa das competências e atribuições privativas do(a) assistente social.

A profissão, ao longo da década de 1990, teve uma reconfiguração e ampliação de seu mercado de trabalho, devido ao processo de descentralização das políticas públicas, especialmente, nas áreas de saúde e assistência social, a reforma do Estado, o discurso de responsabilidade social e a ampliação do terceiro setor culminaram em novos serviços o que demandou a contratação de assistentes sociais.

Nesse contexto, passa-se a discutir o

[...] direcionamento da formação profissional, seus objetivos e conteúdo e a função social da formação profissional, enfatizando sua importância no desenvolvimento e uma prática consciente e consequente no interior das relações de classe na sociedade brasileira. (ABESS, 1984, p. 109).

Assim, a formação profissional passa a ter a necessidade de reestruturação a fim de superar o conservadorismo ainda muito presente no exercício profissional de modo que atenda às exigências e demandas advindas do processo de transformação social, ocorridas especialmente na década de 1990 que culminaram no agravamento da questão social e impulsionaram a profissão a construir novas respostas.

Nesse contexto que em 1996, foi aprovada a Proposta Básica para o Projeto de Formação, proposta pela ABEPSS<sup>7</sup> e orientada pelos princípios estabelecidos no Código de Ética do(a) assistente social, na Lei de Regulamentação Profissional e no Projeto Ético-Político, claramente expressando a direção social a ser seguida no projeto de formação, imprimindo uma nova lógica curricular.

O projeto pedagógico que a profissão vem construindo para a formação de seus quadros, cujo marco é o currículo/1982, seguido das atuais diretrizes curriculares, vincula-se a uma concepção de educação e de sociedade referenciada na “construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe,

<sup>7</sup> Criada em 1946 a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social tem a mudança de seu nome em 1979 para Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional. Em 1998 sofre outra alteração para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, justificado pela defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação.

etnia e gênero” o que “supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação”, princípios balizadores do código de ética do assistente social. (CEFSS, 2006, p. 23-24 apud KOIKE, 2009, p. 209).

As Diretrizes Curriculares (1996) representam um significativo avanço para a formação profissional, fruto da construção coletiva da categoria, demonstrando o amadurecimento teórico-político e o engajamento da profissão em romper com a visão conservadora do Serviço Social, lutando por uma formação profissional comprometida com os movimentos emancipatórios da sociedade que contribua com a construção de uma nova ordem societária. Conforme destaca Iamamoto:

Um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. Construção esta que é processual, que está sendo realizada na cotidianidade da prática social, cabendo aos agentes profissionais detectá-las e delas partilhar, construindo, como cidadão e profissionais, para o seu desenvolvimento. (IAMAMOTO, 2015, p. 195).

As Diretrizes Curriculares (1996) se organizam de modo a superar a fragmentação do projeto de formação profissional e estabelecem um conjunto de princípios que devem nortear os planos de formação profissional dos cursos de graduação dos quais, um desses princípios é a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e supervisão de campo.

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social; 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 61-62).

Assim, o projeto de formação profissional se diferencia do currículo mínimo de 1982 ao possibilitar que cada instituição organize seu currículo de acordo com sua realidade,

orientada pela base comum expressa nas diretrizes curriculares, superando a fragmentação dos conteúdos com rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social.

Estabelecem também as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade, sendo a capacitação investigativa a base para um ensino na busca por explicitar a “[...] formação histórica da sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo no país e também como base para explicação do Serviço Social nas relações da nossa sociedade.” (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 166-167).

Assim, coloca a pesquisa como indissociável da intervenção profissional, sendo elemento indispensável para o desvelamento da realidade social, que tem, no estágio supervisionado, sua possibilidade de apreensão.

As diretrizes ainda reafirmam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, propondo um processo enriquecedor no sentido que a produção de conhecimento vai além da sala de aula e dos muros da universidade por meio de um processo coletivo e recíproco no que diz respeito à troca de conhecimentos.

Além disso, traz a ética como princípio formativo permeando a formação curricular, reafirmando uma prática comprometida com a transformação social. Outro fator importante é a dissociação entre estágio e supervisão acadêmica e profissional, representando um avanço significativo em comparação com currículo de 1982, reconhecendo-o como elemento central na formação profissional.

As diretrizes curriculares superam a visão fragmentada da realidade social, supõem uma aprendizagem fundamentada na dinâmica da vida social, trazem o trabalho como atividade central do ser social, apreendem novas formas de intervenção nesta realidade por meio da análise crítica do processo histórico que permite uma visão de totalidade.

O projeto de formação profissional é sustentado por meio de três núcleos temáticos, que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis que permitem a compreensão da realidade social em suas formas de produção e reprodução, do processo de trabalho do(a) assistente social, das manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão, são eles: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Esses núcleos de fundamentação devem pautar um conjunto de elementos que se complementam e se articulam, rompendo com a fragmentação do currículo, compõem matérias que podem ser traduzidas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratório, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC) e o estágio

supervisionado. “[...] busca-se ultrapassar assim uma visão tradicional do currículo centrado exclusivamente em disciplinas, valorizando a participação do estudante na dinâmica da vida universitária.” (IAMAMOTO, 2015, p. 73).

Desse modo, a formação profissional, contribui com uma ação profissional capaz de atender às novas manifestações da questão social impostas pela dinâmica da sociedade.

[...] expressar as novas tendências e condições emergentes no processo social, subsidiando a construção de respostas profissionais sólidas e antecipatórias ante as particularidades da “questão social” no atual estágio da acumulação capitalista. Este é um dos quesitos para assegurar a atualidade da profissão, condição de sua necessidade social, ou seja, da continuidade de sua reprodução na esfera do mercado capitalista de trabalho e de alargamento de seu espaço ocupacional. (Iamamoto, 2015, p. 170).

Neste sentido, é condição necessária que a formação profissional possibilite o descortinamento da realidade social, pautado em uma visão crítica da sociedade capitalista.

A formação profissional pautada nas Diretrizes Curriculares proposta pela ABEPSS é fruto de resistência, luta e defesa construída coletivamente pela categoria, configura um marco na história da profissão, “[...] apontam para a formação de um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade.” (ABEPSS, 2014, p. 2). Neste sentido:

As alterações na configuração sócio-técnica da profissão evidenciam ser a formação profissional um processo dinâmico, continuando, inconcluso, em permanente exigência de apropriação e desenvolvimento dos referenciais críticos de análise e dos modos de atuação na realidade social. E o ato de avaliar a profissão (formação e trabalho profissionais) em suas conexões com as necessidades sociais de onde derivam as demandas ao Serviço Social, expõe com radicalidade as exigências de uma profunda, cuidadosa e continuada capacitação profissional. Essa radicalidade marcou o processo de construção das novas diretrizes curriculares que se inicia com a definição dos critérios norteadores do trabalho coletivo. (KOIKE, 2000, p. 107).

Assim, a formação profissional deve ser vista como um processo histórico, dinâmico, pautado na criticidade da realidade social, que tem a formação continuada como uma exigência para atuação ética, crítica e coerente com os princípios fundamentais do Projeto Ético Político Profissional.

Defender, resistir e lutar por uma formação profissional como abordada no decorrer do texto se faz necessário uma leitura crítica da sociedade capitalista que coloca a educação superior como mercadoria e não como direito da população.

### 3 BREVE CONTEXTO DA MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Infelizmente, a implementação das Diretrizes Curriculares (1996) foi atravessada pelo processo de mercantilização da educação, impondo grandes desafios a profissão de Serviço Social, haja vista que esse processo preconiza uma formação profissional enquanto mercadoria barata, impulsionada pelas disputas das instituições de ensino superior privado.

A educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também desumanizadora. Pensar a educação nos marcos da sociedade capitalista requer pensar seu sentido hegemônico e as possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade. (ALMEIDA; RODRIGUES, 2013, p. 95).

A educação, de forma ampla, acompanhando as transformações societárias especialmente a partir de 1990, que tem nos princípios do neoliberalismo o pensamento mercantil, ao qual a formação profissional passa a ser compreendida como fonte de lucratividade do capital, contribuindo com seu processo de fragilização.

Nos ditames do neoliberalismo, busca-se uma formação profissional voltada a ações técnicas, muitas vezes acríticas, que reproduzam a ordem social vigente, estando na contra mão do que traz as Diretrizes Curriculares (1996).

Assim, o processo de mercantilização do ensino superior nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva se dá particularmente em dois eixos de ação:

(I) o primeiro, de fortalecimento do empresariamento da educação superior, que direciona o interesse do empresariado na abertura de cursos na área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, devido aos baixos custos e alta lucratividade. (II) o segundo eixo relaciona-se com a necessidade de manutenção de um consenso social em torno das reformas estruturais realizadas pelo governo federal em absoluta consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital. (PEREIRA, 2010, p.324).

O atual contexto é resultado de uma série de crises no sistema capitalista, que passa a implantar a acumulação de capital somadas as políticas neoliberais que pregam um mercado competitivo e auto regulador por meio de um Estado fraco para as políticas públicas e forte para o mercado, a reforma educacional segue as orientações de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC), “encarregados pelos países do centro capitalista de restaurar a lucratividade do capital.” (BANCO MUNDIAL, 1995, apud KOIKE, 2009, p. 203).

Desse modo, no sistema educacional as medidas foram de fortalecimento do empresariamento da educação e da inserção de uma lógica contábil dentre das universidades públicas.

Diversos programas foram instituídos a partir da década de 1990 e uma ampla legislação implantada no sentido de expandir o acesso ao ensino superior, sem que seja considerada a qualidade dos cursos ofertados, Lima (2013, p. 20-22) aponta brevemente algumas medidas como:

- A Lei n.º 10.260, de 07 de dezembro de 2001<sup>8</sup>, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES), que financia cursos de educação superior de estudantes matriculados(as) em instituições privadas fortalecendo-as;
- Medida Provisória n.º 213 de 10 de setembro de 2004 – Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior;

Decretos n. 5.800/2006 e 5.622/2005 Universidade Aberta do Brasil trata da regulamentação da política de educação superior à distância e busca expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país.

- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Decreto n. 6.096/2007, ampliando o acesso e permanência na educação superior (por meio do) melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes.

No REUNI a expansão segue os padrões neoliberais instituindo um aumento significativo de alunos por turma, com o aceleração do processo formativo, precarização do trabalho docente sem garantia de repasse dos recursos.

Esse processo gera uma falsa democratização do acesso ao ensino superior, sem que a qualidade da formação e a permanência estudantil sejam consideradas, fortalecendo instituições de ensino privadas e enfraquecendo o ensino público.

Como resultado da expansão do ensino superior tem-se, como desafio a precarização da formação profissional que alcança seu auge com a modalidade de ensino a distância, a pulverização de recursos públicos com instituições privadas, falta de incentivo à pesquisa, priorização do ensino em detrimento ao tripé ensino, pesquisa e extensão, precarização do trabalho docente caracterizado pelo rebaixamento salarial, dupla jornada de trabalho, intensificação da jornada, contrato por tempo determinado ou por tarefa, entre outros caracterizando grandes desafios à profissão.

Ainda, a formação profissional está vinculada aos limites institucionais, geralmente impostos pelo capital, implicando numa luta constante do corpo docente em formular estratégias, para captação de recursos, para eventos, palestras, mini cursos e outras atividades extraclasse, importantes no processo de formação profissional.

---

<sup>8</sup> Alterada pela Lei n.º 13.530 de 7 de dezembro de 2017.

Afirma Iamamoto que os desafios à profissão estão (im)postos pelo sistema vigente e devem ser enfrentados com respostas profissionais visualizando ações de enfrentamento.

Exige apostar assim na história, como fonte de nossas indagações e da construção de respostas acadêmicas e ético-profissionais saturadas de possibilidades. O desafio é, portanto, **historicizar o debate**, rompendo as análises teoricamente estéreis, porque descoladas da realidade, assim como visões intimistas e empiricistas do Serviço Social, que só poderão conduzir a uma versão burocratizada da revisão curricular na dinâmica universitária. Tendo por base tais considerações, a sugestão é a de iluminar, por meio da história contemporânea e de uma teoria social crítica nela vinculada, as **particularidades** do Serviço social como profissão que se realiza e se reproduz **no mercado de trabalho** (IAMAMOTO, 2015, p. 171, grifo da autora).

O projeto de formação profissional busca articular-se ao mercado, dentro das novas demandas da sociedade capitalista, mantendo um olhar crítico e atento, embasado nos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993, o que muitas vezes “[...] requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 141), assim, configurando-se em uma nova perspectiva da práxis profissional. Continua a autora afirmando que:

Emerge daí uma outra diretriz, traduzida na necessidade de **articular formação profissional e mercado de trabalho**. Essa não se confunde com a mera adequação da formação às exigências do mercado, numa perspectiva instrumental, subordinada a formação universitária à dinâmica reguladora do mercado, erigido como fetiche pelo pensamento liberal, reeditado hoje nas versões neoliberais das políticas oficiais de Estado, preconizadas pelos organismos internacionais. A articulação proposta passa por outras considerações: a exigência de uma formação profissional **sintonizada** com o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, dotada de um **distanciamento crítico** do mesmo. Sintonização que permita detectar as demandas expressas nas órbitas estatal e empresarial – expressão de tendências dominantes do processo de acumulação capitalista e das políticas governamentais impulsionadoras de sua realização (IAMAMOTO, 2015, p. 171, grifo da autora).

Neste sentido, a formação profissional deve estar atenta as demandas do mercado, contudo este não pode determinar as ações e estratégias adotadas no cotidiano da formação.

Compreende-se que muito se avançou no que diz respeito à formação profissional em Serviço Social, embora esse processo tenha sido atravessado pela precarização do ensino superior, contudo essa nova lógica curricular ainda esta sendo construída levando em consideração que as Diretrizes Curriculares de 1996 ainda é recentes, assim como outros instrumentos normativos da profissão e representam um movimento de resistência e luta em defesa de uma formação de qualidade.

Ainda, a articulação dos órgãos representativos da categoria profissional como o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Conselho Regional de Serviço Social –

CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, dão visibilidade a profissão e buscam seu fortalecimento estando atentas as transformações societárias e buscando estratégias em conjunto para enfrentá-las.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O(A) assistente social atua nas mais diversas expressões da questão social, fruto de uma organização societária que para se desenvolver necessita da exploração do homem, gerando e reforçando situações indignas de vida da população que busca nos serviços sociais uma forma de amparo e melhora das condições de vida.

Para atuar em uma realidade social dinâmica e tão complexa, a formação profissional precisa ser sólida, possibilitando a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que permita apreensão crítica do processo histórico da sociedade em uma visão de totalidade e permita compreendê-la no presente, projetando ações éticas, críticas, propositivas, que contribua com a construção de uma sociedade pautada na equidade e democracia.

As diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS em 1996 imprime uma nova lógica curricular, superando a fragmentação dos conteúdos por meio de um conjunto de conhecimentos indissociáveis que permitem a compreensão histórica da sociedade e do processo de trabalho do(a) assistente social, construindo coletivamente o conhecimento em uma unicidade entre teoria e prática e articulação entre docentes, discentes e sociedade.

A mercantilização do ensino superior traz grandes desafios ao Serviço Social, no que tange a formação profissional aligeirada, acrítica e tecnicista e seus consequentes rebatimentos no trabalho do(a) assistente social, intensificando a precarização do trabalho tanto docente, quanto do(a) profissional que atua em diversos espaços sócio-ocupacionais, rebatendo também na forma como esse(a) profissional vai intervir nas demandas trazidas pelos usuários(as) de seu(a) serviço.

Contudo, é preciso resistir e as diretrizes curriculares, o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão, o Projeto Ético-Político, são mais do que pilares para profissão, representam instrumentos de defesa, luta e resistência à lógica mercantil e a precarização da formação e trabalho profissionais.

#### REFERÊNCIAS

ABESS; CEDEPSS. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil determinantes históricos e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 14, p. 104-139, abr. 1984.

ALMEIDA,N.L.T; RODRIGUES.M.C.P. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social.In:PERREIRA,L.D;ALMEIDA,N.L.T. (Org.). **Serviço Social e educação**. 2.ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris,2013.

AQUINO, G. H. Análise da trajetória da formação profissional da(o) Assistente Social a partir da construção curricular dos cursos de Serviço Social. In: CARVALHO JUNIOR, A.; PIANA, M. C.; LIMA, M. J. O. (Org.). **Trabalho, educação e formação profissional: um debate do Serviço Social**. Bauru: Canal 6, 2014.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília, DF, 2011.

GUERRA. I. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

IAMAMOTO, M. V. A formação Acadêmico Profissional no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

KOIKE, M. M. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social**: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: UnB : CEAD, 2000.

LIMA, K. Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira Década do Novo Século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (Org.). **Serviço Social e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

KOIKE, M. M. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS; ABEPSS.**Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

MONTAÑO. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.PEREIRA, L. D. **Política educacional brasileira e serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. 271f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, L.D. A expansão dos cursos de Serviço Social em tempo de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 323-331, ago. 2010.